

'Lobby' já entrou em ação na Constituinte

DEBORAH BERLINCK

BRASÍLIA — Há duas semanas, parlamentares de vários partidos foram convocados para um coquetel no salão do Senado. Instalava-se formalmente nesse dia um dos mais bem-sucedidos lobbies (grupos de pressão) em operação no Congresso:

o da informática. Organizados em uma comissão permanente, a Comissão Pró-Reserva de Mercado, estavam lá políticos, representantes de todas as empresas e órgãos da informática, além de uma equipe de juristas e engenheiros, com um objetivo: garantir a manutenção da Lei de Informática (de reserva de mercado) na próxima Constituição.

Embora a lei já esteja consagrada, a preocupação do grupo baseou-se em um fato: a ação, subscrita por quase 60 parlamentares, que o Senador Roberto Campos (PDS-MT) move há um ano contra a Lei de Informática alegando que a reserva de mercado é inconstitucional. Campos, o maior adversário da reserva no Congresso, joga com a certeza de que fechando o seu mercado para a tecnologia estrangeira o Brasil corre o risco de retroceder no tempo.

Disposta a provar o contrário, a comissão, já em pleno funcionamento na Constituinte, dividiu sua atuação em três níveis. Primeiro, o assessoramento aos parlamentares, ou seja, um sistema de consultas, elaboração de pareceres, organização de seminários e encontros. Por esse esquema, os parlamentares terão todas as informações sobre o desenvolvimento da informática no Brasil. Segundo, o "suporte tecnológico". Há uma idéia da União Brasileira de Informática Pública (Ubip) de propor a instalação de um sistema de microcomputadores nos gabinetes com a ajuda de empresas públicas de processamento de dados. Existe uma equipe da Ubip trabalhando nesse projeto. Terceiro, um plano político-institucional. A comissão quer mobilizar vários segmentos da sociedade para a questão da informática e definir, para a Constituinte, um roteiro de diretrizes. Esse roteiro dependerá do tipo de Constituição que será fei-

ta, detalhista ou genérica. A grande discussão é que ninguém sabe como vai ser.

— Se prevalecer a idéia de uma Constituição ampla não faz sentido ter cláusulas específicas sobre informática. E como se na Constituição de 1824 tivessem colocado uma cláusula sobre a máquina a vapor. Hoje isso não teria o menor sentido — observa um técnico do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Ministério, por exemplo, é um dos mais engajados no lobby da Lei de Informática. Existe uma equipe que está preparando uma espécie de "livro branco" sobre o assunto, com dados e estatísticas sobre todos os avanços da informática no Brasil e, especialmente, as conquistas da Lei de Informática. Esse livro, segundo um dos membros da comissão, será distribuído aos parlamentares.

Genérica ou não, um ponto é considerado fundamental para a próxima Constituição: a inclusão de uma norma que, mesmo sem citar especificamente setores da economia, permita ao Governo brasileiro, em caso de segurança nacional, adotar a reserva de mercado para estimular a indústria brasileira. A fonte do Ministério da Ciência e Tecnologia justifica essa preocupação chamando atenção para um fato: os últimos debates no Gatt (organismo internacional que regula as trocas comerciais) sobre serviços e propriedade intelectual no campo da tecnologia.

Nesses encontros, segundo a fonte, os Estados Unidos estão defendendo uma política liberalizante para serviços e propriedade intelectual (patentes, direitos autorais). Como eles dominam esses dois setores, é de interesse dos Estados Unidos que os outros países não imponham restrições ao mercado. Estando a alta tecnologia cada vez mais ligada à troca de serviços, o Brasil, argumenta ainda a fonte, deve começar a se preocupar com o seu desenvolvimento nesse sentido.



Senador Severo Gomes



Deputada Cristina Tavares



Senador Roberto Campos

O ex-Ministro Severo Gomes (PMDB-SP), principal articulador da reserva de mercado no Senado, já não vê, entretanto, adversários capazes de derrubá-la.

— O grupo contra a reserva de mercado na informática é insignificante. Estamos absolutamente tranquilos. O que nos interessa agora é fazer com que a Constituinte não tenha preceitos que permitam que a Lei de Informática seja abalada — diz Severo.

De seu gabinete, ele coordena o lobby nacionalista da informática, organizando encontros e reuniões na sua casa com parlamentares e repre-

Lei de Informática, quando levou para visitar suas empresas nos EUA mais de cem parlamentares.

Cada um contribui com um dado. A União Brasileira de Informática Pública (Ubip), por exemplo, que engloba todas as empresas públicas de processamento de dados, vai mostrar aos constituintes que 35% do setor da informática (compras, serviços) estão por conta das empresas públicas.

— Queremos mostrar que as empresas públicas têm um peso grande nesse mercado e que somos um incentivo para a iniciativa privada da União — diz Egydio Bianchi, organi-

assessora permanente no Congresso. Nos últimos dias, essa assessora percorreu vários gabinetes convidando parlamentares a visitar indústrias nacionais de informática. A mesma estratégia que a IBM montou na polêmica votação da

idade das pessoas, limitando-se o acesso aos dados mesmo do poder público.

Outro ponto é uma reivindicação dos trabalhadores na informática: algumas atividades são específicas e requerem condições especiais trabalhistas.

A definição sobre empresa nacional é outra questão. Hoje são consideradas empresas nacionais as que detêm 70 por cento de capital nacional, podendo pertencer a estrangeiros, desde que residentes no Brasil. A sugestão é a mesma da Comissão Afonso Arinos: só serão consideradas empresas nacionais as que pertencerem a brasileiros.

Mas, como reconhece Manuel Pereira dos Santos, esse trabalho sobre os problemas específicos da área de informática certamente não será inserido na Constituição:

— Não é interesse da comissão incluir preceitos muito grandes na futura Carta. Ela se tornaria detalhista e casuística. O trabalho sobre os problemas da informática poderia, entretanto, servir de subsídio para a elaboração de leis ordinárias.

Apesar de o grupo pró-informática garantir que já conta com adeptos na maior parte da Constituinte, a estratégia é detectar os "indefinidos" e os desconhecedores do assunto, como o Líder do PDS no Senado. Procurado por um dos membros da comissão em seu gabinete, o Senador Jarbas Passarinho não hesitou:

— Entendo tanto de software como de hardware. Ainda vou estudar a matéria. Mas quero saber o seguinte: que riscos o Brasil corre se aplicar a tecnologia dominada, associando-se a outros países? Por outro lado, devo apostar na capacidade de fazer tecnologia própria sem me deixar retardar no tempo?

Passarinho diz que conta com um forte adversário da reserva de mercado no PDS, o Senador Roberto Campos. "Ele não me perdoa nunca por ter defendido a Petrobrás", brinca. Mas promete incentivar uma posição de seu partido sobre o assunto. Assume, até, um compromisso com a Comissão Pró-Reserva de Mercado: organizar um debate do grupo com a bancada do PDS na Constituinte, e, mais, na presença do Senador Roberto Campos.

A Comissão Pró-Reserva de Mercado é formada por representantes de todas as empresas e órgãos da informática, além de uma equipe de juristas e engenheiros

sentantes de indústrias nacionais. Esses encontros se estendem ao Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Secretário-Geral, Luciano Coutinho, que, do outro lado, coordena as ações do Governo nesse sentido. Na Câmara, a ponta de lança do movimento é a Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que está fazendo um levantamento para saber com quem o grupo pró-informática pode contar na Constituinte.

Do lado das empresas, a Associação Brasileira de Computadores e Periféricos (Abicomp), integrante da comissão permanente, iniciou também uma pesquisa para saber quem é a favor ou contra a Lei de Informática desde a instalação da Constituinte. A Associação mantém uma

zador da comissão que trabalha na Constituinte.

A comissão conta com uma equipe de juristas, técnicos e engenheiros, que, trabalhando na hipótese de uma Constituição detalhada, iniciou um estudo sobre os principais aspectos da informática em todos os setores. Um dos aspectos, segundo o Presidente da Associação Brasileira de Direito da Informática, Manuel Pereira dos Santos, é o da privacidade. Pereira dos Santos diz que com o desenvolvimento do sistema de processamento de dados qualquer um pode obter informações pessoais sobre alguém nos cadastros de computador. Ele defende, no debate constitucional sobre os direitos e garantias do homem, que seja garantida a privaci-